

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNUES DE BARROS  
COORDENAÇÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA**

**MANOEL LAÉLIO PESSOA DA SILVA**

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO SISTEMA PRISIONAL:  
REALIDADE E DESAFIOS NO COTIDIANO DE PICOS**

**PICOS-PIAUÍ**

**2013**

**MANOEL LAÉLIO PESSOA DA SILVA**

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO SISTEMA PRISIONAL:  
REALIDADE E DESAFIOS NO COTIDIANO DE PICOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal do Piauí-UFPI, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, como parte dos requisitos para obtenção do título de conclusão do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Msc. Maria Cezar de Sousa

**PICOS-PIAÚÍ**

**2013**

Eu, **Manoel Laelio Pessoa da Silva**, abaixo identificado(a) como autor(a), autorizo a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar, gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação abaixo discriminada, de minha autoria, em seu site, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, a partir da data de hoje.

Picos-PI, 17 de abril de 2013.

## FICHA CATALOGRÁFICA

Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí

Biblioteca José Albano de Macêdo

S586eSilva, Manoel Laelio Pessoa da.

Educação de jovens e adultos no sistema prisional: realidade e desafios no cotidiano de Picos/ Manoel Laelio Pessoa da Silva. – 2013.

CD-ROM : 4 ¾ pol.; il. (44 p.)

Monografia(Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal do Piauí. Picos-PI, 2013.

Orientador(A): Profa.Msc. Maria Cézar de Sousa

1.Educação de Sujeitos Encarcerados. 2. Sistema Prisional.  
3. Ressocialização de Sujeitos Encarcerados. I. Título.

CDD 374.12

**MANOEL LAELIO PESSOA DA SILVA**

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO SISTEMA PRISIONAL:  
RELIDADE E DESAFIOS NO COTIDIANO DE PICOS – PI**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado a Universidade Federal do  
PiauÍ-UFPI como requisito para obtenção  
do título de Pedagogo.

**FOLHA DE APROVAÇÃO**

Data: \_\_\_\_\_

Conceito: \_\_\_\_\_

---

Professora Msc. Maria Cezar de Sousa(Orientadora)  
Universidade federal do PiauÍ – CSHNB

---

Prof. Dr<sup>a</sup>. Ana Carmita B. de Souza (Membro)

Universidade federal do PiauÍ – CSHNB

---

Prof. Esp. Claudete Santana de Sousa (Membro)  
Universidade federal do PiauÍ – CSHNB

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que direta ou indiretamente se dispuseram a me ajudar ou orientar durante a construção desse trabalho, de maneira especial à minha orientadora Maria Cezar e a todos os entrevistados, por suas disposições em fornecer informações imprescindíveis para a autenticidade do mesmo, e por terem contribuído de maneira positiva para a conclusão desse trabalho.

Agradeço a Deus, por ter-me dado a oportunidade de concluir este grau de estudo, aos amigos e companheiros que caminharam junto comigo durante esses meses de pesquisa, à coordenadora do curso de Pedagogia Ana Carmita B. de Souza e à professora Isabel Orquiz, por ter me incentivado na escolha do tema pesquisado.

Não poderia deixar de agradecer à minha digníssima mãe Maria Benta Gomes Pessoa e minha amada esposa Maria Leiane de Carvalho Pinheiro da Silva, pelos momentos de apoio e incentivos.

## ALGUMAS PALAVRAS

A conclusão de um trabalho acadêmico no que diz respeito ao TCC não deveria ser uma experiência que se vivencia apenas no último semestre; e sim nos anos percorridos dentro da instituição, seja ela pública, particular ou filantrópica.

No final do curso cria-se um sentimento insatisfatório de dever não cumprido em ambas as partes. Tanto eu, na condição de discente, como a instituição, na condição de colaboradora no processo de ensino e de formação do cidadão; da insegurança, do medo de criticar e da vergonha de ser ousado.

Não posso aqui responsabilizar nem a mim nem a universidade pela ausência de alguma coisa e dizer que não teve produção, criação. Houve momentos de discussão, socialização, aprendizagem, sistematização, aquisição de conhecimento entre professores e amigos da instituição, e isso sem dúvida será levado por toda a minha vida.

Nesses cinco anos de vida acadêmica, vivenciei na conclusão desse trabalho, que poderia ter ido além das cópias e dos livros que os professores nos forneciam como base de disciplinas e planos de curso, a greve, as férias, a minha falta de tempo ou de interesse, a falta de dedicação, a falta de compromisso, a “irresponsabilidade” ou ausência de algo, as dificuldades relacionadas à conciliação entre o trabalho e o estudo, pois no caminho percorrido para a realização do TCC e conclusão desse curso, muitas foram as barreiras encontradas, entre elas a “política”, que de certa maneira dificultou minha vida acadêmica no sentido de não respeitar minha opinião sobre alguns interesses políticos ou por não optar por siglas partidárias que nos levam à omissão.

Observei durante esse período a falta de colaboração ou mesmo as imposições dos gestores no meu ambiente de trabalho, entre as quais a falta de compreensão no que se refere às tarefas de extensão desenvolvidas pela instituição dentro do curso, como estágios, seminários, palestras, eventos entre outros. Inquieta-me a forma como algumas pessoas veem a educação, não só

dentro do sistema prisional, mas em todos os segmentos educativos: ensino fundamental, médio e superior. É igualmente inquietante saber que, nem todos mas grande parcela dos que se encontram à frente das instituições educativas, se asseguram através de interesses particulares.

Por ter vivenciado a vontade de supervisores e coordenadores de uma escola de contribuírem para a não conclusão desse curso, fica a pergunta: que tipo de educação é essa em que pessoas que estão à sua frente se incomodam quando alguém quer ir adiante, quer ter uma compreensão melhor do mundo?

Não me recordo de que, durante os anos estudados na instituição de ensino superior, ter ouvido algum professor, coordenador ou amigo que tenha falado sobre a educação prisional e talvez enfatize isso por estar pesquisando o tema, que, a meu ver, ainda é muito desconhecido pela sociedade local, pois, se não, talvez passasse despercebido como algo irrelevante.

## RESUMO

A pesquisa Educação de Jovens e Adultos no Sistema Prisional: realidade e desafios no cotidiano de Picos foi realizada na Penitenciária José de Deus Barros, na cidade de Picos-PI, teve a seguinte problematização: como acontece a educação dentro do sistema prisional? e como objetivo geral: **Analisar os desafios do ensino aplicado aos alunos do sistema prisional da Penitenciária José de Deus Barros na cidade de Picos.** Para isso, o especificamos em: **Caracterizar o perfil de alunos e professores no sistema prisional de Picos; descrever o cotidiano da sala (sala de aula) da EJA (Educação de Jovens e Adultos) na Penitenciária e analisar a relação que os alunos da EJA do sistema prisional têm com os professores.** A investigação caracteriza-se como um estudo de caso, com abordagem qualitativa, tendo como sujeitos os professores, diretores e alunos do referido sistema prisional. A coleta de dados foi feita através da aplicação de questionários e entrevistas com 02 professores, 01 coordenador, 01 técnica em EJA e 13 alunos da referida instituição. A investigação teve como fundamentação teórica os estudos de autores como: Barreto (2004), Vera, Rios (1997), Terezinha Azeredo, Onofre (2007), Maria Cammarosano, Paulo Freire(1983), dentre outros e apresentou os seguintes resultados...

**Palavras-Chave:** Educação de sujeitos encarcerados. Sistema prisional. Ressocialização de sujeitos encarcerados.



## **ABSTRACT**

**Research Education for Youth and Adults in Prisons: challenges and realities in the daily peaks was held in the Penitentiary of God José Barros, in the city of Picos-PI, was to problematize the following question: how does education within the prison system? and general objective: To analyze the challenges of teaching students applied to the prison system's Penitentiary José Barros of God in the city of Picos and for that, we specify in the characterize the profile of students and teachers in the prison system of peaks; describe the everyday the room (saddle class) EJA (Youth and Adult) in the Penitentiary and analyze the relationship that students of EJA's prison system have with teachers. The research is characterized as a case study with qualitative approach as subjects: teachers, principals and students of the said prison system and data collection was done through questionnaires and interviews with 02 teachers, 01 engineer, 01 technical and adult education 13 students of that institution. The investigation was theoretical studies of authors such as: Barreto, (2004) Vera, Rios (1997), TerezinhaAzeredo; Onofre (2007), Maria Cammarosano; Freire, (1983) Paulo; among others and presented the following results ...**

**Keywords: Education for incarcerated individuals. prison system. Rehabilitationofincarceratedindividuals.**

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I: DIREITO À EDUCAÇÃO – EJA E OS SEUS SUJEITOS	13
1.1 Algumas Reflexões Sobre do sistema prisional no Brasil	13
1.2: A educação no sistema prisional	15
1.3: O papel do educador no sistema prisional	19
2. AS LEIS EDUCACIONAIS SOBRE O SISTEMA PRISIONAL DE ENSINO: A EJA e os sujeitos no cumprimento de penas	22
CAPÍTULO II – A EDUCAÇÃO ESCOLAR NO SISTEMA PRISIONAL DE PICOS-PI	31
2.1: A Escola dentro do sistema prisional José de Deus Barros	31
2.2: A escola prisional da Penitenciária José de Deus Barros vista por vários olhares	35
2.3: A Instituição José de Deus Barros em sua amplitude	37
3.0: A rotina da sala (cela de aula) na Penitenciária José de Deus Barros	39
CONCLUSÃO	41
REFERÊNCIAS	43

## **INTRODUÇÃO**

A pesquisa teve como pressuposto teórico e prático a exclusão social e suas vertentes no cotidiano do discente encarcerado. Discute o âmbito das políticas públicas voltadas para esse grupo de pessoas e seus principais desafios no que diz respeito ao direito à educação, bem como, diante dessa realidade que deverá ser esclarecida, pretendeu-se desmistificar a ideia de que esses sujeitos não são capazes de aprender ou compreender, pois sabemos que são pessoas que vem de um mundo de liberdade, e que na sua maioria estudaram ou aprenderam mesmo que informalmente.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), também se fará presente nas discussões, pela proximidade do tema pesquisado com o envolvimento de sujeitos que estão interligados dentro e fora do sistema prisional.

Nós, instituição de ensino superior e eu na condição de estudante do curso de Pedagogia, que devemos apresentar um trabalho de conclusão de curso, resolvemos, no âmbito do exercício de pesquisadores, fazermos um trabalho referente à Educação de Jovens e Adultos no sistema prisional. As razões pelas quais voltamos a fazer referências estão ligadas às condições de jovens e adultos presos, pois sabemos que esses sujeitos estão privados do convívio social e conseqüentemente têm acesso limitado à educação. Percebemos, no decorrer de vários anos, que não houve mudanças significativas no que diz respeito a essa temática, mas os fatos que procuramos registrar aqui nos ajudam a analisar as mobilizações dos sujeitos que contribuíram para a proposta deste estudo.

O dia-a-dia do sistema prisional tem seus impasses no que se refere às pessoas que trabalham com cidadãos encarcerados, pois muitas vezes estas não são habilitadas para tal função, prejudicando assim o desempenho e a aprendizagem dos indivíduos.

Reabilitação, ressocialização, reconstrução dos cidadãos encarcerados são termos muito utilizados por aqueles que fazem parte da educação prisional na pretensão de alcançarem o desenvolvimento do encarcerado e assim devolvê-lo à sociedade, como um ser livre e capaz de desenvolver um papel importante na sociedade. Em outras palavras, ser um cidadão produtivo e “de bem”. E é exatamente neste contexto que pretendemos aprofundar, nas particularidades desses sujeitos.

Diante do exposto, este trabalho pretendeu analisar informações que venham a esclarecer essa problemática, na perspectiva de elucidar o contexto acima mencionado. Teve como **objetivo geral: analisar os desafios do ensino aplicado aos alunos do sistema prisional da Penitenciária José de Deus Barros, na cidade de Picos**. Especificando-os em: **Caracterizar o perfil de alunos e professores no sistema prisional de Picos; Descrever o cotidiano da sala (cela de aula) da EJA (Educação de Jovens e Adultos) na penitenciária; Conhecer a relação que os alunos da EJA do sistema prisional estabelecem com os professores.**

A pesquisa foi realizada na Penitenciária José de Deus Barros, que me permitiu, mesmo que limitadamente, conhecer a real situação do sistema prisional de Picos.

A monografia está estruturada em 2 (dois) capítulos: o primeiro, intitulado **Direitos à Educação – EJA e os seus sujeitos e o segundo, A Educação escolar no sistema prisional de Picos-PI**. Por último, as considerações finais e referências bibliográficas.

## **CAPÍTULO I – DIREITO À EDUCAÇÃO – EJA E OS SEUS SUJEITOS**

Neste capítulo discutiremos a educação no sistema prisional na modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos) e os sujeitos que se inserem no desenvolvimento da EJA prisional, campo de investigação dessa pesquisa.

A história da Educação de Jovens e Adultos, tanto no passado como no presente, compreende um conjunto muito diverso de processos e práticas formais e informais relacionadas aos conhecimentos básicos que envolvem suas habilidades culturais dentro de uma sociedade.

Em um país com profundas desigualdades sociais, a educação torna-se um suporte para os anseios da sociedade em geral. A Educação de jovens e adultos faz-se presente nessa discussão, pois está relacionada como modalidade de ensino no sistema prisional tornando-se assim um direito dos encarcerados de terem acesso à educação formal. No entanto, a história da EJA nos permite compreender que no Brasil essa modalidade de ensino sempre ocupou espaço reduzido no sistema educativo, estando marcada por apresentar um caráter estritamente compensatório e por constituir lugar exclusivo e reconhecido como tema de menor relevância social, além da falta de interesse do Estado, ocasionando também grandes mazelas no sistema prisional.

Assim, com a intenção de compreender o papel da escola diante da parceria com Instituições carcerárias e seus objetivos, torna-se relevante fazer um breve resumo sobre o sistema prisional do Brasil, sua importância e perspectivas para seus sujeitos.

### **1.1 Algumas Reflexões Sobre o Sistema Prisional no Brasil**

A história da Educação de Jovens e Adultos é uma questão que se discute no Brasil desde a década de 1930, quando foram iniciados debates relacionados a essa modalidade de ensino. Daí em diante travou-se uma batalha com o objetivo de organização social no âmbito da educação de jovens e adultos que até então era uma questão desprovida de interesses dos representantes governamentais.

Carreira e Carneiro (2009), em um estudo sobre educação e prisão, aponta que

Os últimos dados sobre o sistema prisional, divulgados pelo Infopen (Sistema Integrado de Informações Penitenciárias) em dezembro de 2008, o Brasil possui 446.687 pessoas adultas privadas de liberdade, sendo que 94% são homens e 6% são mulheres. (CARREIRA e CARNEIRO, 2009 p.18)

Assim sendo, repensar a questão da violência no país e no mundo é ter um olhar mais profundo diante dessa temática. Hoje a população carcerária brasileira fica atrás apenas da China, Estados Unidos e Rússia.

O Pe. Fábio de Melo (2012) aborda alguns fatores como a falta de afeto, o meio em que se vive e o fator socioeconômico, que são os três pilares que contribuem para o aumento da criminalidade e violência no mundo. (Programa Sem Censura, TV Brasil, 18 de outubro, 2012).

Isso de certa forma explica o grande número de detentos no sistema prisional brasileiro, devido à exclusão a que são submetidos quando em liberdade, pois a falta de oportunidades, o déficit da moradia a ausência de políticas públicas convencionais contribuem decisivamente para o crescente número de encarcerados no Brasil e no mundo.

Neste sentido, Ferreira e Lima (2010) afirmam que

Inegavelmente, a prisão, como tem sido moldada, pela sua própria formatação, características e modo de funcionamento, é instrumento violento de exploração do homem sobre o homem, pois as contradições nesse ambiente caracterizado por normas disciplinares impostas pelo Estado e regras de convívio social estabelecida entre os próprios detentos, contribuem para precarizar as possibilidades de reconstituição dos processos de socialização do homem, visto como ser dotado de princípios, de conduta e valores afetivos. (FERREIRA; LIMA, 2010, p.288).

Nessa perspectiva, observa-se que a pena na prisão é vista como instrumento disciplinador dos transgressores das leis e é um mecanismo de controle da sociedade capitalista. Em instância de maior relevância está o Estado que garante o controle da sociedade oferecendo-lhe segurança e

educação, punindo ou privando aqueles que transgridem de certa forma as relações sociais agindo desrespeitosamente aos princípios éticos e moral.

A falta de organização social em que o Brasil se encontra, conduz sua gente à ausência de perspectivas sociais, com visão limitada no que se refere aos sonhos e à valorização das situações exitosas de curto prazo. Dessa forma a escola constitui-se numa ausência de incentivos para a continuidade de sua formação, uma vez que se trabalha em médio e longo prazo.

Nesse contexto, temos jovens e adultos que não se mostram interessados por sua educação, não acreditam que sairão vitoriosos, ou que não tem paciência para esperar os frutos dessa formação. A escola não faz intervenções e os direciona de certa maneira a uma vulnerabilidade dentro do convívio social, levando-os ao mundo da marginalização.

## **1.2 A Educação no sistema prisional**

Em linhas de maior relevância, e procurando contribuir com essa temática, este trabalho ajuda-nos a compreender as relações entre educação escolar e “ressocialização”, dentro de um sistema prisional. Assim a maneira de educar internos precisa de pressupostos que atendam às necessidades básicas.

Gadotti (1993) faz um posicionamento sobre o descrito acima:

A característica fundamental da pedagogia do educador em presídios é a contradição, é saber lidar com conflitos, com riscos. Cabe a ele questionar de que maneira a educação escolar pode contribuir para modificar a prisão e o preso, para tornar a vida melhor e para contribuir com o processo de despersonalização e de formação do homem preso. (GADOTTI,1993, p. 14)

Deste modo é relevante ressaltar a importância da educação prisional, no sentido de que façam parte desse processo pessoas que tenham conhecimentos e capacidades para atuar nesse sistema educativo e nas suas peculiaridades.

Brandão (1981) também contribui, afirmando que

A educação aparece sempre que surgem formas sociais de ensinar - e - aprender. O ensino formal é o momento em que a educação se sujeita à pedagogia (teoria da educação), cria situações próprias para seu exercício, produz os seus métodos, estabelece suas regras e tempos, e constitui executores especializados. É quando aparecem a escola, o aluno e o professor [...]. (BRANDÃO, 1981, p.83)

Nesse contexto, percebe-se que a educação não está restrita à instituição escolar, mas sim presente em várias esferas da vida social: a educação pode existir livremente e, entre todos, pode ser uma das maneiras que as pessoas criam para compartilhar ideias, crenças, aquilo que pode ser comunitário, “como bem, como trabalho ou como vida”. (p.83)

Ao nos depararmos com a informação de que existe educação em todos os segmentos sociais, sejam eles privados dos anseios cívicos ou não, nos inquieta salientarmos como é essa educação no interior das penitenciárias. O que ensinar, para quem ensinar, se existe a participação dos cidadãos encarcerados.

De que forma esse currículo é construído, pensado? o que se constitui em especificidades nesse contexto?

Veiga (1980) afirma que

O currículo é um instrumento de confronto de saberes: o saber sistematizado, indispensável à compreensão crítica da realidade, e o saber de classe, que o aluno apresenta e que é o resultado das formas de sobrevivência que as camadas populares criam. (VEIGA, 1980, P. 82)

Dessa forma, o currículo deve ser elaborado levando em consideração tanto os aspectos da sistematização do conhecimento como os da realidade em que os alunos se encontram.

Por isso, ao se planejar um currículo ou um planejamento para uma instituição carcerária de ensino, é preciso verificar quais ações educativas terão melhores resultados para essa prática de ensino.



A cada instante somos informados através dos meios de comunicação sobre a violência nos presídios, sobre as rebeliões, sobre as mortes dos encarcerados e funcionários. Em meio a toda essa violência está o educador que tem como aliado um sistema sociocultural que possui normas, procedimentos, valores, crenças e punições. A adaptação física, ética e moral dos encarcerados depende imprescindivelmente da adequação a esse sistema.

Embora, no imaginário comum, possa existir a crença de que pessoas encarceradas são irreparáveis, marginais, infratores das leis com atos violentos na sociedade civil, a Lei (9.394/96) no seu art. 37 inciso 1º define que:

Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e adultos que não puderam estudar na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas às características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

Reconhece dessa forma o direito subjetivo de cada indivíduo, independente da situação em que se encontre na sociedade, e cabe ao sistema governamental oferecer uma educação formal gratuita com a intenção de oportunizar conhecimentos e formação necessária que os ajudem a pensar alternativas de ressocialização, bem como diminuir a defasagem de instrumentais para enfrentar o mercado de trabalho, quando saírem dessa condição.

Os PCNs (1997) abordam que na eleição dos conteúdos deve-se:

[...] incluir questões que possibilitem a compreensão e a escrita da realidade, ao invés de tratá-lo como dados abstratos a serem aprendidos apenas para “passar de ano”, [...]

Dessa forma,

[...] oferece ao aluno a oportunidade de se aproximar deles como instrumentos para refletir e mudar sua própria vida. Por outro lado, a forma como se dá o ensino e a aprendizagem, isto é, as opções didáticas, a organização e o âmbito das atividades, a organização do tempo e do espaço que conformam a experiência educativa ensinam valores, atitudes, conceitos e práticas. (BRASIL, 1997, p.26).

Considerando que o ensino regular adequado aos sujeitos é um processo importante no âmbito educativo, observa-se que essa não é uma tarefa

simples, pois não existem receitas prontas ou modelos pré-fixados para um bom desempenho. Trata-se de um conjunto de órgãos como: União, Estados e Municípios, que tem como objetivo a intenção de inserir na sociedade cidadãos conscientes, de seus direitos e deveres.

Nesse aspecto, ao pensar o sistema de ensino carcerário, necessita-se conhecer quem são esses sujeitos que se encontram internos e quais suas experiências de vida. Deste modo a contribuição da escola no sistema prisional deve ser desenvolvida sob a forma um projeto educacional comprometido com o desenvolvimento de capacidades e habilidades que permitam intervir na realidade e transformá-la.

Assim, tendo em mente como deve ser o processo educativo dos sujeitos aprisionados, o educador precisa estar consciente de que essa não é uma tarefa fácil, devido à “condenação social” desses sujeitos, seja ela da sociedade civil ou das instituições privadas, que os veem como seres irrecuperáveis, sem a menor chance ao convívio social, o que reforça ainda mais a exclusão do cidadão encarcerado.

Embora os índices de cidadãos ressocializados nesse modelo de sistema prisional não seja algo animador, é dever do Estado encontrar estratégias que garantam a inserção desses homens e mulheres no sistema educativo de ensino, para assim lhes garantir o direito ao estudo.

A crença na educação como de grande valia nessas mudanças é descrita por Freire (1995, p.96), como da seguinte forma: “[...] a melhor afirmação para definir o alcance da prática educativa em face dos limites a que se submete é a seguinte: não podendo tudo, a prática educativa pode alguma coisa”.

Em linhas gerais, Freire acredita que a ação educativa, independente do contexto em que esteja inserida, tem sua relevância para a formação do indivíduo, seja ele privado de liberdade ou não.

E ao se pensar na educação do homem preso, não se pode deixar de considerar que o homem é um ser inacabado, incompleto, que se

constitui ao longo de sua existência e que tem a vocação de ser mais, o poder de fazer e refazer, criar e recriar. (FREIRE, 1983, p.38).

Tal afirmativa nos remete a considerar que o conhecimento é adquirido através do entendimento do homem com a aquisição do saber e que independe das condições a que os sujeitos são expostos, sejam elas “privadas” de liberdade ou não. São, portanto, desafios e barreiras que os educadores do sistema prisional encontrarão nas salas (celas de aulas), ao educarem indivíduos desprovidos dos direitos básicos do homem, sujeitos esses que em sua maioria são marginalizados, e sem acesso à educação na idade certa, o que dificulta o processo de ensino aprendizagem e conhecimento sistemático, devido a uma lacuna existente na educação do nosso país, propiciando assim que estes jamais dispõem das mesmas oportunidades que os outros indivíduos “comuns” da sociedade devem ter.

### **1.3 O papel do educador no sistema prisional**

Cabe ao educador-formador “sábio” de conhecimentos tanto curriculares como de valores, respeito e bom senso, ao se apresentar na sala (cela de aula) para fazer um levantamento do meio, conhecendo quem são os sujeitos, de onde vieram, a que pena estão submetidos. Assim, ele terá um diagnóstico da realidade desse espaço e terá subsídios necessários e importantes para fazer um planejamento que venha a atender às necessidades daqueles que estão privados de sua liberdade.

Nesse contexto, importante se faz avaliar quem são os educadores aptos a essa educação prisional, Ottobine (1984) oferece uma pista aos interessados em educação dentro do sistema prisional:

[...] somente quando o preso sente a presença de alguém que lhe oferece uma amizade sincera, destas que não exigem compensações ou retorno, é que se inicia o processo de desalojamento das coisas más armazenadas em seu interior e a verdade começa a assumir o seu lugar, restaurando, paulatinamente, a autoconfiança, revitalizando seus próprios valores. Isso se chama de libertação interior. (OTTOBINE, 1984, P. 93)

Assim sendo, o autor acredita que o educador do sistema prisional deve fazer um trabalho eficiente e humanizado, observando todo o contexto ao seu redor, pois cada indivíduo é exclusivamente único e traz para a realidade não somente a sua situação como presidiário, mas a sua história de vida, que essa missão de educar não seja compensatória apenas aos seus interesses particulares, todavia a sua didática deve estar focada em fazer um trabalho de ressocialização dos sujeitos, desde que os princípios e laços de confiança e respeito sejam permanentes, o que possibilitará aos cidadãos encarcerados um vínculo de confiança com o educador, facilitando assim o processo educativo dos mesmos.

Ler e escrever na prisão é fundamental, pois não ter essas qualidades implica dependência do companheiro. É com esses conhecimentos que os detentos podem escrever e ler cartas, bilhetes e acompanhar o desenrolar de seus processos criminais, e isso significa ter mais liberdade, autonomia e privacidade, até porque quem não sabe pede, e quem pede, deve. Na prisão até favor é dívida, e dívida é risco de vida (LEITE, 1997, p.77).

Assim sendo, é importante ressaltar que os indivíduos encarcerados ao entrarem no sistema prisional, se veem banidos da sociedade excluídos do convívio social distantes de tudo aquilo que traz prazer ao ser humano, ou seja, quando são submetidos a pagarem pena por algum ato criminoso, são inseridos a uma realidade que desconhecem, pois são despojados não só dos seus bens materiais como: roupas, relógios, celulares, calçados, como também de sua dignidade e direitos. Expostos a essa realidade veem na sala (cela de aula) as possibilidades de alguma maneira de se conectarem, com o mundo de fantasia dos livros de história, com a exatidão da matemática e com as novas tecnologias. Mesmo com a precariedade da educação prisional, ela faz com que esses indivíduos se tornem livres das amarras da ignorância, além do interesse ou necessidade de sobrevivência dentro de um ambiente tão hostil como uma penitenciária.

Onofre (2007, p.25), fala da relação e vivência num ambiente que foge às perspectivas do ambiente hostil: “A troca de experiências com o professor e com os outros alunos leva-os a um convívio que não é movido pelo ódio, pela vingança ou rejeição”.

Visualizando a sala de aula como um espaço de troca de conhecimento e de aprendizagem mútua e de cidadania, que permite momentos de valorização desses indivíduos, eles sentem-se pessoas com direito à aprendizagem.

Embora o encarceramento por si só, já dificulte a relação do homem com as condições sociais, impostas no mundo fora das grades, observa-se que dentro das prisões existem meios que possibilitam a convivência harmônica entre indivíduos punidos e pessoas que ali trabalham e que os levam a redescobrir um mundo de oportunidades dentro do sistema prisional, seja na sala (cela de aula), seja no respeito por si ou por outrem. Diante dessa realidade, nos questionamos: por qual motivo a sociedade cria infratores de leis para depois puni-los?

## **2. AS LEIS EDUCACIONAIS SOBRE O SISTEMA PRISIONAL DE ENSINO: A EJA e os Sujeitos no cumprimento de penas.**

A educação no sistema prisional requer um conjunto de normas, regras e leis que concretizam um conjunto de ações direcionadas tanto para a união e os estados, como para a sociedade civil. Cabe refletir também que dentro das prisões se faz necessário ver ações que estejam relacionadas a questões como higiene, violência e fragilidade dos sujeitos encarcerados. Por isso pensar na educação dos sujeitos encarcerados é, antes de tudo, pensar que essa educação é um direito adquirido por lei que assegura a todo e qualquer cidadão o direito de estudar. A criação de leis que asseguram o direito de jovens e adultos à educação reflete a existência de um grande número de homens e mulheres vulneráveis às mazelas sociais, pois são esses que estão em números expressivos nas prisões de todo o país.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (93/94) de 1996, a educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. Portanto, essa modalidade de ensino deve estar presente em todo o sistema prisional brasileiro, pois a grande maioria dos indivíduos encarcerados está apta a essa modalidade de ensino, e sabemos que é

assegurado pela Constituição Federal e é dever do Estado garantir Educação Básica obrigatória e gratuita a todos àqueles que não tiveram a oportunidade de estudar na idade própria.

Programas voltados para a alfabetização de adultos vieram a contribuir para a minimização do grande número de analfabetos que não tiveram a oportunidade de estudar na sua idade adequada. Alguns autores como Haddad e Pierro (2000), enfatizam no texto: *Escolarização de Jovens e Adultos*, aspectos relevantes para essa questão.

Ao longo da metade do século XX houve um importante movimento de ampliação de oferta de vagas no ensino público no nível fundamental que transformou a escola pública brasileira em uma instituição aberta a amplas camadas da população, separando em partes o caráter elitista que a caracterizava no início do século, quando apenas alguns poucos privilegiados tinham acesso à educação. (HADDAD; PIERRO, 2000, p. 125).

Assim sendo, considerando o entendimento dos autores, foi a partir de 1930 que se teve um olhar compreensível para a questão do analfabetismo no Brasil, que até então era disponibilizado a uma pequena parte da população, ou seja, àqueles cuja condição socioeconômica fosse favorável. Com a oferta desse ensino houve então um imenso número de estudantes à procura de escolas que oferecessem ensino regular e gratuito.

Em face disto, a discursão acerca da EJA e seus indivíduos tem tomado, como ponto relevante, debates e discussões com a intenção de aprimorar o ensino para todos. O papel tanto da família quanto da escola, no que diz respeito à escolarização da criança na idade apropriada, se faz imprescindível para que a mesma não se torne personagem de salas ou (celas de aulas) da EJA.

No que se refere à educação, a legislação brasileira determina a responsabilidade da família e do Estado no dever de orientar a criança em seu processo sócio-educacional. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (9394/96) é bastante clara a esse respeito. No Art. 2º prescreve:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Observa-se que o direito à educação não tem tido pleno alcance a todos os cidadãos brasileiros. Em face disto, o que tem se visto cada vez mais é a exclusão de alunos advindos de um meio social marginalizado, através de um sistema educativo que visa apenas metas a serem cumpridas com a mera intenção de divulgar dados na maioria das vezes invertidos que nos induz a acreditar que todos têm a garantia do direito à educação de qualidade.

Alguns fatores têm contribuído para o grande número de pessoas analfabetas no país, dentre eles está a desestruturação familiar e a vulnerabilidade social, o que prejudica diretamente o educando no seu processo de ensino aprendizagem.

Haddad e Pierro (2000 p.110) referem-se ao censo realizado em 1920, após 30 anos do estabelecimento da República no país, que indicou que “72% da população acima de cinco anos encontrava-se analfabeta”, ou seja, quase toda a sociedade brasileira vivia sem instrução, o que preocupava as autoridades da época em relação a outros países do mundo. A partir desta constatação, vieram a buscar estratégias na tentativa de minimizar esse déficit educacional, criando leis e órgãos competentes para solucionar esse problema social. Foi também o início da industrialização no país e, com isso, veio a urbanização dos grandes centros.

Nossas elites, que já haviam se adiantado no estabelecimento constitucional do direito à educação para todos – sem propiciar as condições necessárias para sua realização, viam agora esse direito unido a um dever que cada brasileiro deveria assumir perante a sociedade. (HADDAD; PIERRO, 2000 p. 110).

Observa-se que nos anos subsequentes foram travadas batalhas na intenção de diminuir o grande número de analfabetos no país, foram criados programas e projetos, entre eles o MOBREAL (MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO), criado pela Lei 5.379, de 15 de dezembro de 1967, como Fundação, fruto do trabalho realizado por um grupo interministerial, que buscou

uma alternativa ao trabalho da cruzada ABC, programa de maior extensão apoiado pelo Estado, em função das críticas que vinha recebendo. O MOBRAL foi implantado com três características básicas:

A primeira delas foi o paralelismo em relação a os demais programas de educação. A segunda característica foi a organizacional descentralizada, através de Comissões Municipais espalhadas por quase todos os municípios brasileiros. A terceira característica era a centralização de direção do processo educativo, através de Gerência Pedagógica do MOBRAL Central. (HADDAD; PIERRO; 2000 p. 115).

Essas três características foram criadas com intenção de garantir uma estrutura adequada ao objetivo político da época, a implementação de um movimento que atingisse o maior grupo de sujeitos analfabetos do país. A Lei de Diretrizes e Bases Nacional de nº 5.692, de onze de agosto de 1971. Foi no capítulo IV dessa LDB que o Ensino Supletivo foi regulamentado. Para Haddad e Pierro, a lei atendia ao duplo objetivo de recuperar o atraso dos que não puderam realizar a sua escolarização na idade adequada, complementando o sentimento de grandes conquistas que o MOBRAL vinha alcançando em relação ao analfabetismo no Brasil.

O art. 37 da LDB, seção V, referente à Educação de Jovens e Adultos, estabelece que os sistemas de ensino assegurem gratuitamente aos jovens e adultos, que não puderam efetuar seus estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas.

Assim sendo, cabe às instituições de ensino oferecerem gratuitamente sem distinção de cor ou etnia racial, condições adequadas de ensino aos sujeitos com idade superior a 15 anos, que não tiveram acesso à educação básica, que significa ser alfabetizado até os seis anos de idade, seja essa instituição pública, privada, ou filantrópica.

No ano de 2003 foi criado pelo MEC, o Programa Brasil Alfabetizado, que tinha como objetivo alfabetizar cerca de 20 milhões de pessoas num período de 3 anos, contando com o apoio de entidades educacionais que capacitariam educadores para atuarem na alfabetização de Jovens e Adultos em todo o país.



O que tem sido observado, nessa proposta de ensino, é que a alfabetização de jovens e adultos no país se limita às mazelas sociais nas quais se inferem a falta de estrutura, os baixos salários e as dificuldades dos sujeitos da EJA de frequentarem as salas de aulas, já que em sua grande maioria precisam trabalhar durante o dia, para sua sobrevivência e, à noite, terem que enfrentar uma sala de aula, que muitas vezes se torna desinteressante, por oferecer conteúdos que nada tem de atrativos. Estes espaços educativos, além de não se enquadrarem em um bom modelo pedagógico, seguem um currículo educacional obsoleto e que foge à sua realidade.

Em 2003, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), fazendo uso de indicadores produzidos em 2000 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)) e pelo próprio INEP, divulgou o mapa do analfabetismo no Brasil, que apontou em nosso país cerca de 16 milhões de analfabetos com 15 anos ou mais, o que corresponde a quase 15% da população do país (VALE 2008, p. 86).

Esses dados apontam um grande número de analfabetos no país, o que chamou à atenção das autoridades brasileiras, sem levar em consideração o grande número de analfabetos funcionais (pessoas com menos de quatro anos de estudo). A partir dos dados dessa pesquisa, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), divulgado pelo Ministro de Educação em abril de 2007, em uma de suas ações, estabelece estratégias voltadas para essa questão. Com isso travou-se uma batalha na qual objetivava a redução de índice de sujeitos analfabetos no país, partindo do princípio de que cada estado e cidade brasileira apoiassem esse programa, oferecendo estruturas adequadas para seu bom desempenho, tais como formação dos educadores e disponibilização de estruturas físicas das salas de aulas.

Um ponto relevante do Programa Brasil Alfabetizado é a oferta de material didático, tanto para o educador quanto para o educando, possibilitando assim o interesse de ambos na continuidade dos estudos, já que, quando alfabetizados, podem se matricular nas turmas regulares da EJA, que são ofertadas tanto na rede estadual como na municipal de ensino de todos os municípios brasileiros.

A Lei 7.210 de julho de 1984 (de execuções Penais), criada a partir do trabalho da ONU sobre a Execução Penal no mundo, e que define as condições em que o sentenciado cumprirá sua pena, já garantia nos seus artigos 17 e 18 a assistência à educação.

Assim sendo, observamos que todas as leis criadas objetivam a garantia do direito à educação básica dos cidadãos encarcerados. Porém, é notório que a sua garantia diverge em discussões, principalmente no que diz respeito ao cumprimento de metas e planos a serem seguidos. Tem grande relevância também neste aspecto, a Lei 12.245, sancionada em 2010, que altera o art. 83 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, autorizando a criação de salas de aulas no sistema prisional.

Além disso, temos que salientar que o processo educativo não é somente aquele desenvolvido em sala de aula. Este é o nosso local de estudo, porém tal processo está condicionado a outros processos de aprendizagem obrigatória para aqueles que estão presos, pois não se adaptando ao mundo da prisão – criminalização -, dificilmente sobreviverão neste outro mundo, o mundo do crime. (ONOFRE, 2007, p.130).

Nesse contexto, a escola aparece como “salvaguarda” do déficit educacional no Brasil. Apesar disso, sabemos que o seu papel transformador se torna insuficiente e falho, quando indivíduos integrados nesse processo não valorizam esse trabalho. No entanto, a educação está sempre interligada com o contexto social em que o homem se insere, seja ele privado de ações ou não.

No que diz respeito à educação prisional, a escola tem papel importante na vida dos encarcerados, quando direciona seus esforços e suas ações com propósito de reabilitá-los, de reeduca-los, de transformá-los de cidadãos transgressores de regras e leis em indivíduos com hábitos comuns ao convívio social fora das grades da instituição carcerária.

Vale lembrar que educar dentro de um sistema penal vai além das teorias e métodos usados numa educação convencional, é preciso que busquemos as mais variadas formas pedagógicas da educação, nesse caso podemos falar da educação “cidadã”, da educação “conscientizadora”, da educação “afetiva” e da educação humanizada, já que os indivíduos a quem se direciona essa

educação são transgressores das leis, estão cumprindo sentença por algum tipo de crime cometido e que, ao optarem por estudar, não há uma seleção dos mesmos, por atos cometidos, já que lhes é assegurado o direito à educação.

Por isso o professor das salas (celas de aulas), além de trabalhar num ambiente hostil e repressor, tem à sua frente indivíduos, praticantes de desde pequenos furtos a crimes mais graves, como homicídios e tráfico. Por isso é importante que o educador antes de lecionar no sistema de educação prisional seja avaliado por outros profissionais para que não ocorram situações desagradáveis no que diz respeito à didática adotada, tanto para os educandos quanto para os educadores.

Assim sendo, cabe ao educador de sala (cela de aula), verbalizar não apenas os seus conceitos e suas opiniões, mas ouvir, respeitar e entender a visão e o conhecimento desses indivíduos encarcerados, já que dialogar faz parte do processo ensino aprendizagem, além de ser através do diálogo que muitas vezes chegamos a um consenso.

Ao nos referirmos à educação dos encarcerados, não podemos nos esquecer de que, por estarem presos, esses homens e mulheres enfrentam um processo de socialização frente à realidade prisional. Neste sentido, como já foi exposto, refere-se mais a uma adaptação ao cárcere do que a uma readaptação à sociedade. Dessa forma não podemos negar que, a partir dessas relações estabelecidas, temos a continuidade do processo educativo, que se iniciou muito antes da prisão e que faz parte do dia a dia de cada ser humano em suas relações com os outros e com o mundo. (ONOFRE, 2007, p. 135/136).

Assim sendo, é interessante ressaltar que a chegada dos indivíduos ao sistema prisional é um processo pelo qual ele passa de um estado livre para uma condição limitada, e ao se deparar dentro da instituição carcerária esses indivíduos são imersos num mundo que foge às ações e conceitos em que antes estavam inseridos, ou seja, tem que se readaptar a uma nova “cultura”, sem que possam ser desprovidos da cultura educacional, já que essa acontece em todos os meios sociáveis, seja formal ou informal.

Barreto (2004 p. 62) afirma que “Esta questão da politicidade da educação traz para o educador a necessidade de perguntar-se a quem está servindo com a educação que pratica”.

Do ponto de vista da autora, a questão da educação está relacionada aos sujeitos praticantes da mesma, pois, ao lecionarem no sistema de educação para jovens e adultos, os professores precisam questionar-se a respeito dos meios nos quais devem ser traçados os objetivos de inserir na sociedade cidadãos capazes de agir produtivamente dentro de um meio social, com isso cria-se a possibilidade de desmistificar a ideia que muitos têm principalmente em relação à EJA, pois muitos acreditam que esses indivíduos são incapazes de compreender o mundo à sua volta. Ao longo de sua história o autor Paulo Freire debateu sobre a questão do analfabetismo no Brasil e no mundo, criando conceitos e métodos educacionais que até os dias atuais ajudam a milhares de educadores em salas ou celas de aulas.

Refletir sobre o processo educacional dos indivíduos encarcerados é repensar sua participação como modalidade de ensino específico dentro da educação, ou seja, de que maneira esse ensino se dará dentro de uma prisão e quais objetivos estarão traçados no intuito de educar adultos que chegam muitas vezes nesses sistemas com uma única perspectiva de vida, a da criminalidade.

Para os presos, frequentar a escola pode ser vantajoso ou não. Vantajoso por poderem ficar fora do raio, por encontrarem presos de outros raios, por entrarem em “contato” com a rua por meio do professor. Assim como em outros momentos, que não são raros, a escola também pode não contribuir com nada, principalmente durante o pleito de benefício, durante a elaboração dos laudos, muitos técnicos e até mesmo juízes desconsideram o fato de que o preso esteja estudando. (ONOFRE, 2007, p.143).

Assim, do ponto de vista de muitos encarcerados, a sala (cela de aula) muitas vezes os beneficia, como forma de “passa-tempo” podendo ser vantajoso ou não, já que na maioria das vezes são vistos por técnicos como verdadeiros espertos que estão assistindo aula somente com o intuito de adquirir alguma informação do mundo daqui de fora e que, ao redigirem os relatórios dos mesmos, não consideram a sua frequência na sala (cela de aula). Talvez o mais importante seja apontar que a escola dentro do sistema prisional se torne um meio pelo qual se viabilize a inserção dos encarcerados no mundo da leitura, da escrita, da sensibilidade e do conhecimento. Talvez

assim a escola deixe de funcionar apenas como mediadora de metas governamentais que “camuflam” uma realidade que poucos conhecem.

Onofre (2007) afirma que

A cela de aula é um espaço privilegiado das relações educativo-formais dentro do presídio. Nesse espaço, trava-se a disputa entre a condição atual - homem-presos - e uma possível condição futura – a liberdade. Principia como um cenário utópico. Por meio dela busca-se recuperar o tempo perdido, vislumbra-se um mundo, até o momento, intangível. Com ela, criam-se possibilidades de comunicação com o mudo letrado. (ONOFRE, 2007, P.147)

A partir de então, por meio da ideia de educação que temos, não é digno escondermos além dos momentos que os cidadãos encarcerados estão na sala (cela de aula), buscando de certa forma esconder-se de uma realidade conflitante. Dentre esses, há aqueles que buscam uma nova oportunidade de recuperar o tempo perdido. Por mais que queiramos idealizar a sala (cela de aula) como espaço ressociável e acolhedor, não devemos ignorar seu lado disciplinador, sombrio onde grades, pichações, conflitos e disputas por espaço dentro do raio (local onde se encontram as celas e o pátio interno, espaço onde os prisioneiros convivem a maior parte do tempo), é necessário que o professor esteja atento e alerta a todos os acontecimentos, pois qualquer descuido ou falha podem causar situações comprometedoras, isso acontece devido a “cela de aula” ser um espaço onde os alunos, privados de sua liberdade, são observados por guardas e um sistema que os reprimem de tal liberdade, pois muitas vezes procuram a sala (cela de aula) para “fugir” desse sistema e veem a educação de que estão participando como um simples passa-tempo.

Em um estudo realizado no estado de São Paulo pela FUNAP (Fundação Professor Doutor Manoel Pedro Pimentel), a pesquisadora do tema ESCOLA DA PRISÃO, Maria Onofre relata como é reconhecida a sala (cela de aula) pelos aprisionados, que veem a cela de aula como um lugar especial. “Ali dizem eles – recebemos educação e podemos discutir temas que não são discutidos no raio”. (ONOFRE 2007 p.153).

Assim sendo, ao descreverem a sala (cela de aula) como um lugar especial, os cidadãos encarcerados estão afirmando que ali é um espaço onde se discute ideias, onde há um “tratamento” (acolhida) diferenciado dos demais espaços da prisão, ou seja, ali há uma comunicação respeitosa entre professor – aluno – técnico, onde a relação de diálogo é feita respeitando as suas fraquezas, seus medos, seus posicionamentos entre outros; o que não acontece no raio da prisão, onde na maioria das vezes são vistos pelos funcionários como delinquentes, ladrões e assassinos.

A atuação do educador é fator decisivo e preponderante para a não inclusão da educação a os preceitos da gestão penitenciária. Um exemplo é pautar-se por ações e relações com os prisioneiros que prescindam do autoritarismo, da hierarquia da observação julgadora e punitiva. Ações que sejam fundadas no diálogo uma das bases do processo de humanização [...], (PORTUGUES, 1981, p. 117).

Tais aspectos terão relevância no que diz respeito às práticas educacionais, se a relação entre a intenção dos professores, a escola e a instituição carcerária não forem apenas a de adquirir quaisquer meios de avaliar os encarcerados, seja no sentido de puni-los ou de beneficiá-los. No entanto, na busca de ações pedagógicas que venham contribuir positivamente com a humanização, o diálogo, os laços afetivos, os valores e o respeito entre professor e encarcerados, a instituição contribuirá decisivamente para o êxito desse processo. Esses aspectos fundamentam uma relação harmônica entre ambos, o que os possibilita uma educação com melhores resultados.

---

RAIO<sup>1</sup> local onde se encontram as celas e o pátio interno, espaço onde os prisioneiros convivem a maior parte do tempo.

## **CAPÍTULO II – A EDUCAÇÃO ESCOLAR NO SISTEMA PRISIONAL DE PICOS – PI**

O presente capítulo apresenta a análise sistemática dos dados e os resultados da pesquisa realizada na Penitenciária José de Deus Barros, em fevereiro de 2013, que consistiu na aplicação de questionários tanto para os alunos quanto para os professores da Instituição, também foi realizada uma entrevista com o diretor administrativo, no sentido de conhecer a realidade do sistema educativo dentro da instituição e analisar a visão que cada indivíduo entrevistado ou participante da pesquisa tem desse espaço escolar.

### **2.1 A escola dentro do sistema prisional José de Deus Barros**

A escola prisional da Penitenciária José de Deus Barros possui 02 professores e 26 alunos matriculados na modalidade EJA. Não foi possível aplicar os questionários com todos os educandos, nem tampouco especificar uma amostra mais detalhada devido ao tempo disponível para a pesquisa e a rotina estabelecida pela Instituição. Portanto, esta pesquisa tem uma amostra limitada, mas os resultados adquiridos permitiram conhecer e refletir a respeito do tema pesquisado.

A Lei de Execução Penal (LEP), de 1984, prevê a educação no sistema prisional no capítulo “Da Assistência”, seção V, dos artigos 17 ao 21. O art.17 estabelece que a assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado. Já no art. 21 estabelece a exigência de implantação de uma biblioteca por unidade prisional, para o uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos.

Para Firmino et. al. (2010),

O apenado, quando não inserido em atividades escolares, pode ter dificuldade em interagir com outras pessoas que estão fora do universo carcerário, como sua família ou amigos. Esta dificuldade é resultante da carência de informações, pois o único assunto, a que

tem acesso é relativo ao seu ambiente. (FIRMINO et. al. (2010, p.83)

Assim sendo, observa-se a importância do cidadão encarcerado no que diz respeito à sua introdução no sistema educativo, visto que o mesmo, ao se interessar por sua educação, sai do seu mundo (cela onde fica a maioria do tempo) e passa a se comunicar com o mundo externo, aquele onde, mesmo que dentro dos limites impostos pela segurança da instituição, tem acesso a informações do mundo fora das grades. Com isso cria-se possibilidades de interação com novas pessoas, os detentos se relacionam melhor entre si, além de obterem vários benefícios como: redução de pena, conhecimentos sobre seus processos e oportunidades de saírem com um certificado de conclusão de curso, com vistas a facilitar sua vida fora dessa realidade vivenciada.

Assim, foram aplicados questionários a 02 professores e 13 educandos da modalidade EJA, na escola prisional da Penitenciária José de Deus Barros, que é agregada à Escola Estadual Francisco Santos, que, segundo dados fornecidos por entrevista com a coordenadora técnica do sistema de ensino/aprendizagem na especificidade da EJA da 9ª Gerência Regional de Educação da cidade de Picos, a escola é responsável pelo fornecimento de materiais didáticos, matrícula e certificação dos alunos que venham a concluir alguma modalidade de ensino naquele sistema.

Mediante aplicação dos questionários, pudemos conhecer a visão do professor e dos educandos sobre o papel da escola dentro do sistema prisional e sua importância para a vida dos encarcerados. Foi levado em consideração o tempo de permanência dos indivíduos pesquisados no sistema prisional, apresentado a seguir, em forma de tabela de dados, visto que os mesmos veem a escola como ponto “crucial” para o desenvolvimento do homem como cidadão sociável.

A fim de preservar a identidade dos entrevistados, em especial, a dos cidadãos encarcerados, não foi solicitada a identificação dos mesmos nos questionários. Essa foi uma das condições viáveis para que todos pudessem



se sentir seguros nas suas colocações, preservando a autenticidade e a veracidade das respostas.

Em linhas gerais, tanto os educadores quanto os alunos responderam a maioria das perguntas dos questionários. No entanto, foi percebido nos questionários aplicados aos alunos que os mesmos têm uma noção do que seja a escola dentro da prisão e sua importância para sua vida ali dentro, pois a grande maioria afirma o motivo pelo qual vieram a procurar a sala (cela de aula), no sentido de aumentar a expectativa de viverem melhor quando saírem da instituição carcerária. Aproximadamente 76,1% dos alunos afirmaram que não houve discriminação dos mesmos ao procurarem a sala de aula.

Percebeu-se também, entre os sujeitos pesquisados, que o relacionamento entre professores e alunos acontece de forma respeitosa e os mesmos avaliam o ensino na instituição carcerária como bom.

Os professores divergem em seus posicionamentos em relação a alguns pontos abordados nos questionários, sobretudo no que diz respeito à adoção de livros didáticos e sua utilização.

Foi observado que 100% dos professores têm especialização em EJA e são vinculados à rede estadual de ensino. Estes defendem a educação cidadã e libertadora, 50% deles responderam que houve rejeição de guardas (agentes penitenciários) ao procurarem a instituição para ministrarem suas aulas, os mesmos se relacionam de forma respeitosa com os alunos encarcerados e afirmaram que o que mais lhes motivou a ministrarem aulas no sistema carcerário foi a obtenção de experiências desafiadoras numa realidade cheia de conflitos.

Em relação à utilização de materiais didáticos, as professoras enfatizaram a importância e o cuidado que se deve ter na escolha dos mesmos, desde a utilização de tesouras sem pontas a atividades que envolvam dinâmicas, pois ao fazerem qualquer trabalho fora da sala (cela de aula), precisam comunicar a direção com antecedência.

Nas outras questões observa-se o compromisso dos mesmos em relação à educação desses jovens e adultos do sistema prisional da Penitenciária José de Deus Barros, no sentido de conciliar um ensino de qualidade para esses indivíduos e estarem prestando um serviço para a sociedade e contribuindo de forma direta para a ressocialização desses cidadãos.

As respostas apresentadas na tabela a seguir permitem ao leitor conhecer a realidade escolar do sistema prisional e os indivíduos pesquisados.

Apresentamos abaixo como ficou a amostra da pesquisa dos indivíduos, que corresponde a 32,5% dos jovens e adultos matriculados na escola prisional José de Deus Barros até no mês de fevereiro de 2013.

Tempo na Instituição prisional.	Número de alunos	Idade			Escolaridade		
		18 a 25	25 a 40	+ 40	Ens. Fun.I	Ens. Fun II	Não Responderam
Provisório	02	01		01		01	
2 a 3 anos	00						
4 a 6 anos	01		01		01		
7 a 9 anos	05			05	03	01	
+ 10 anos	05			05	03	02	
<b>Total</b>	13	01	01	11	07	04	02

**Quadro1:** Identificação da situação penal dos alunos pesquisados.

**Fonte:** pesquisa de campo. Picos, 08.02.2013

Observa-se que a maioria dos estudantes se encontram há mais de 3 anos na instituição e possuem o ensino fundamental I e uma idade relevante no que se refere à produção, criação para o desenvolvimento da sociedade, o que reforça ainda mais o objetivo dessa pesquisa que viabiliza a compreensão da relevância da educação de jovens e adultos no sistema prisional.

O acesso na instituição carcerária aconteceu de forma tranquila, pois a receptividade por parte dos funcionários foi de forma respeitosa buscando sempre atender as minhas especulações, também referente a receptividade dos cidadãos encarcerados foi observado que os mesmos tem o cuidado de respeitar àqueles que procuram a instituição para fazer algum trabalho.

Algumas dificuldades práticas encontradas para a realização dessa pesquisa se refere à rotina da instituição carcerária, devido a mesma prestar um serviço que visa a segurança tanto dos detentos como das pessoas que ali trabalham, pois toda e qualquer pessoa que procura a instituição precisa se identificar antes para ter acesso a mesma, e isso aconteceu todas as vezes que precisei adentrá-la devido á troca de expediente dos agentes penitenciários e o regimento imposto.

## **2.2 A escola prisional da Penitenciária José de Deus Barros vista por vários olhares**

A história tem por base a finalidade de dar respostas às inquietações que acontecem no presente, isso porque o homem, ao se tornar um ser sociável, começou a construir sua própria história, mesmo sem a consciência dessa construção. A história da educação prisional faz-se presente nessa discussão, no que diz respeito à sua compreensão.

Apesar dos grandes esforços de historiadores e pesquisadores sobre a educação prisional, tem se observado um grande equívoco em relação a essa construção histórica, sobretudo, no que diz respeito à educação dos detentos, pois o senso comum vê o sistema carcerário como um ambiente uniforme de pessoas incapacitadas de viver em sociedade.

Onofre (2007) explica que,

Se o senso comum imagina a prisão como uma microsociedade, uma cópia da sociedade aqui de fora, isto é um ledô engano. A vida intramuros afigura-se a outra sociedade, uma sociedade com características próprias, com regras minuciosas, além de um conjunto de códigos informais. (ONOFRE, 2007, p.122)

A característica atribuída a essa sociedade prisional é vista pelo imaginário comum num contexto relativo à sociedade livre fora deste ambiente, sobretudo, o que acontece dentro da prisão foge a essa realidade, pois os detentos, ao chegarem a esta instituição, são limitados de alguns direitos básicos, de que usufruem quando em liberdade. Introduzidos num ambiente fechado, onde se exige dos cidadãos encarcerados uma obediência “cega”, paira sobre eles uma ordem dominante que os leva a aceitar que outrem tome decisões por si.

Os educadores, professores e administradores da educação prisional reconhecem a sua importância e acreditam que essa educação tem um papel relevante na contribuição com a “ressocialização” do encarcerado, conduzindo-o à reintrodução na sociedade. Muitos associam a educação ao trabalho, afirmando que é por meio da educação que os internos têm a oportunidade de se introduzirem no mercado de trabalho e, de certa maneira, serem mais aceitos pela sociedade civil.

A importância da educação dentro da prisão é relevante para os detentos, pois os mesmos se tornam mais atenciosos, entendem mais sua condição de preso, compreendem melhor as leis e aceitam mais o tempo de pena a ser cumprido (sujeito participante da pesquisa, 2013).

Com base nesta fala do pesquisado, percebemos a importância da educação dentro desse sistema, pois este vê na educação proposta aos detentos a possibilidade dos mesmos compreenderem melhor as condições a que estão expostos, viabilizando assim um trabalho mais eficiente dentro da unidade carcerária, bem como melhor aceitação da condição que lhes é imposta.

Já na visão dos encarcerados, observamos nas respostas aos questionários aplicados que a maioria deles expressa vontade de frequentar a sala (cela de aula), com objetivo de viver em condições melhores e vir a ser um cidadão responsável quando sair da instituição carcerária.

Retornando para a questão em discussão, ou seja, o papel da educação dentro do sistema prisional, observa-se que tanto educadores, gestores e

educandos têm uma visão positiva da importância da educação formal para o desenvolvimento eficaz dessa ação educativa. Vale lembrar ainda que, embora esse discurso justifique a presença de uma educação formal dentro dos presídios relacionando a ideia de ressocialização, ele desmistifica o conceito que muitos têm sobre o ambiente prisional, ajudando a combater o preconceito existente.

### **2.3 A Instituição José de Deus Barros em sua amplitude**

Destaca-se também na análise dos dados fornecidos através da pesquisa de campo e entrevistas na instituição carcerária José de Deus Barros o entendimento de sua estrutura física, atendimento a sociedade e aos indivíduos encarcerados.

A Penitenciária José de Deus Barros fica localizada na BR 316 no km 305 e tem capacidade para 144 detentos, mas abriga atualmente 333. O número que excede a sua capacidade máxima é de 189 detentos, tendo um aumento em torno de 132% da sua capacidade. Para estes são ofertadas 12% de vagas para a inserção no sistema educativo que oferece apenas 40 vagas na instituição. Segundo o coordenador administrativo da instituição, é feita uma seleção dos detentos, observando-se alguns critérios como: interesse, comportamento e, de preferência, se já são sentenciados para que os mesmos possam participar das aulas.

Foi abordada também a questão da distribuição dos cidadãos encarcerados por cela, devido à superlotação na instituição, que é feita através da capacidade espacial de cada cela.

No que diz respeito a uma eventual rebelião acontecida na instituição, que providências serão tomadas? O coordenador afirma que,

Em 06 anos a frente deste comando de administrar a instituição, não houve rebeliões apenas motim<sup>2</sup>, procuro agir na maior tranquilidade possível administrar a situação; avaliando as reivindicações cobradas, vendo se são cabíveis dentro das condições oferecidas pelo sistema no sentido de conciliá-las. (sujeito participante da pesquisa-funcionário, 2013).

Esta afirmação nos possibilita enxergar a importância da relação entre funcionários e cidadãos encarcerados dentro da instituição carcerária, a qual se baseia no respeito e compreensão dos mesmos, no que diz respeito aos seus direitos.

[...] uma política de respeito aos direitos humanos deve estar fundada em princípios e diretrizes que tenham como foco, principalmente, os direcionamentos adotados por meio de planejamento, implementação e implantação de programas e projetos que visem atender às demandas reivindicadas pela sociedade. Apesar das instituições de defesa dos direitos humanos serem bastante ativas, inexistem movimentos permanentemente voltados para pressionar os governos pela adoção de políticas que assegurem o respeito aos direitos humanos no sistema penitenciário piauiense. (FERREIRA; LIMA, 2010, p.292)

Assim sendo, buscar uma política pública que venha a se organizar e se estruturar diante de uma realidade que muitos desconhecem no que diz respeito aos direitos humanos, é importante ressaltar que é através do conhecimento sistemático sobre as políticas públicas que nós, enquanto sociedade civil, cobramos dos representantes políticos ações que visam melhorar o cumprimento desses direitos. Apesar de ter um avanço de grande relevância no contexto teórico, sabemos que na prática não é garantida a sua execução.

---

MOTIM<sup>2</sup> Levante sem importância, de pouca duração, visando apenas a perturbar a ordem ou a tranquilidade de um ambiente.

### **3. A rotina da sala (cela de aula) na Penitenciária José de Deus Barros**

A sala (cela de aula) da Penitenciária José de Deus Barros abriga 26 alunos matriculados na modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos), matriculados na 2ª e 4ª etapas. A mesma dispõe de 1 (um) quadro, 1 (uma) estante de livros, 2 (dois) ventiladores, lâmpadas, 1 (uma) mesa para a professora, cartazes com frases que falam de auto-estima e educação.

O acompanhamento dos dados aqui expostos aconteceu em duas etapas: a primeira, através de questionários e entrevistas; e a segunda, através da observação da sala (cela de aula). No primeiro dia de observação da aula, constatamos que a professora estava iniciando o ano letivo de 2013, pois sua aula foi centrada nas informações de funcionamento do processo educativo.

Primeiro fez a sua apresentação e depois falou do meu trabalho, em seguida pediu para que eu me apresentasse, logo após pediu que eles se apresentassem dizendo seus nomes e de onde são e em seguida deu início às informações a respeito de regras e comportamentos tais como: ida ao banheiro, proibição de pipas (bilhetes que são enviados para fora da instituição), orientações sobre a aula de educação física entre outros.

Falou também das questões que impedem o funcionamento das aulas, como em caso de rebeliões ou greves que possam vir a acontecer, sensibilizando-os da importância da educação para os mesmos.

No segundo dia a professora inicia a aula às 13h 30 min. Como a sala (cela de aula) é multisseriada, primeiro é repassado o conteúdo da 4ª etapa e em seguida o da 2ª etapa. Iniciou a aula com uma dinâmica utilizando água e comprimidos: sonrisal e outro tipo de comprimido, a intenção da dinâmica era falar de solidariedade.

Segundo a professora 1, que ensina na Instituição desde 2003, o trabalho do educador é fundamental na ressocialização dos cidadãos encarcerados e que, em 10 anos de atuação na penitenciária, somente dois detentos reincidiram na criminalidade, se compararmos a porcentagem não chega a 1% de reincidência.

Rios, afirma que

O educador desenvolve sua prática no espaço da instituição que é a escola. Enquanto instituição social é tarefa da escola a transmissão/criação sistematizada da cultura, entendida como o resultado da intervenção dos homens na realidade [...]. Falar de competência significa falar em saber fazer bem, apesar das diferenças entre as diversas concepções de educação e de escola presente entre nós, elas sem dúvida concordam em definir desse modo a competência. (RIOS, 1997, pp. 45/46).

Isso nos remete a uma questão importante sobre a educação prisional, que se refere à prática educativa e os conceitos de educação e valores dos professores dentro deste ambiente, levando em consideração os princípios éticos morais e de conduta, tanto de si como dos alunos, pois, quando os educadores utilizam essa prática, desenvolvem um trabalho competente e sério, mostrando resultados positivos do seu trabalho.

Além da educação de jovens e adultos no sistema prisional brasileiro, foi criada uma parceria entre a Secretaria de Justiça e o INEPE, que dá direito ao detento a participar de seleções para o ingresso no nível superior. No Estado do Piauí, esse processo iniciou-se no ano de 2012, com a participação no Enem. No entanto, dos participantes de todo o estado, apenas um teve aprovação, este da Penitenciária José de Deus Barros na cidade de Picos. Participaram do exame 18 detentos, entre eles 11 homens e 7 mulheres, com apenas uma aprovação no Curso de Ciências da Computação.



## CONCLUSÃO

Diante dos caminhos percorridos nessa pesquisa e do que está exposto acima, podemos perceber a trajetória da educação de Jovens e Adultos no sistema prisional, bem como seus avanços no que diz respeito à educação como direito de todos os brasileiros.

Os resultados obtidos nos permitiram fazer uma reflexão sobre o ensino nas instituições carcerárias, sobre a exclusão social das pessoas privadas de liberdade, e a falta de conhecimento sobre a educação desse ambiente. Ao tentar responder as inquietações dessa pesquisa sobre a Educação Prisional: realidade e desafios no cotidiano de Picos–PI, foram percebidos alguns pontos positivos em relação à educação dos encarcerados, entre eles o comprometimento dos funcionários, o acolhimento das pessoas que procuram a instituição pra fazerem algum tipo de trabalho, da vontade dos cidadãos encarcerados de aprenderem alguma coisa útil que seja positiva para suas vidas, quando saírem da instituição. Mas não poderia deixar de relatar alguns problemas que dificultam o bom funcionamento das aulas, pois se percebe que a educação fica em segundo plano e não é prioridade dentro da instituição. Ao haver qualquer mudança dentro do ambiente, seja por parte dos detentos ou de greves dos funcionários, a primeira providência é o cancelamento das aulas.

Fatores externos ao sistema prisional, entre eles a vulnerabilidade social e, em termos mais específicos, a condição sócio-econômica e a discriminação, contribuem para um equívoco conceitual, cultural e social das pessoas presas.

A falta de políticas públicas eficazes no combate às desigualdades sociais, educativas, distribuição de renda, a falta de oportunidades de trabalho entre outras, contribuem decisivamente para a superlotação das penitenciárias em todo o Brasil.

O desinteresse de estudiosos e pesquisadores sobre o tema pesquisado também foi observado nessa pesquisa, pois a procura na instituição para fazer trabalhos referentes a essa temática chega a ser irrelevante, conforme observado no decorrer da mesma.

A rotina da penitenciária também interfere no planejamento pedagógico, no sentido de que os professores devem se adequar às adaptações e condições impostas nesse espaço.

No entanto, a necessidade de esclarecer alguns conceitos que se tem do sistema de ensino nas penitenciárias brasileiras, no que diz respeito ao senso comum, é necessário que se trabalhe mais a questão da conscientização do homem como ser pensante e transformador da realidade. Nós, enquanto sociedade civil, temos um papel importante para essa transformação: instituições de ensino, professores, educadores, estudantes, movimentos sociais, União, estados e municípios precisamos nos conscientizar da importância da educação para o desenvolvimento de uma nação e criarmos leis e mecanismos que viabilizem a todos os cidadãos o direito de ter educação, saúde, moradia e liberdade.

Em um dos trechos do filme Apocalíptico de Atonia de Mel Gibson levamos a refletir sobre o papel do homem na sociedade.

E o homem sentou sozinho. Numa tristeza profunda. E todos os animais se aproximaram e disseram: "Não gostamos de vê você tão triste... Peça-nos o que você quiser e você o terá". O homem disse: - "quero ter boa visão". O abutre respondeu: "terá a minha". O homem disse - "Quero ser forte". A onça disse: -"Vai ser forte como eu". Então o homem disse: "Quero saber os segredos da terra". A serpente respondeu: - "Vou revela-los a você".

E assim foi com todos os animais. E quando o homem tinha tudo que eles podiam dar... Ele partiu. E então a coruja disse a os outros animais: Agora o homem sabe muito e pode fazer muitas coisas... "De repente tenho medo". A corça disse: "O homem tem tudo o que precisa". "Agora sua tristeza vai acabar". Mas a coruja respondeu: "Não". "Eu vi um vazio no homem.... Grande como uma fome que nunca vai saciar...

"É isso que o deixa triste e isso que o faz querer mais". "Ele vai pegando e pegando"... Até que um dia o mundo dirá: "Não mais existo e nada tenho mais para dar".

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO, Vera. Paulo Freire para educadores. Ed. Arte e Ciências – São Paulo, 2004.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação? São Paulo: Brasiliense, 1981.

BRASIL. PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Lei nº 5.379, de 15 de novembro de 1967.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984.

CARREIRA, Denise; CARNEIRO, Suelaine. Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação: Educação nas Prisões Brasileiras. São Paulo: Plataforma DhESCA Brasil, 2009.

FERREIRA, Maria D'Alva Macedo; LIMA, Solimar Oliveira. Direitos Humanos e Políticas Públicas. Rio de Janeiro, 2010.

FREIRE, Paulo. Política e Educação. São Paulo: Cortez, 1995.

FREIRE, Paulo. Educação como prática de liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FIRMINO, Maurílio de Souza Lage et al. Educação – Brasil – Educação nas Prisões. Centro de Educação de Jovens e Adultos (Cereja), São Paulo, 2010.

GADOTTI, Maria. Presídios e educação. São Paulo: 1993.

HADADD, Sérgio, PIERRO, Maria Clara de. Escolarização de Jovens e Adultos. Revista Brasileira de Educação. São Paulo, 2000.

LEITE, J. R. Educação por trás das grades: uma contribuição do trabalho educativo, ao preso e a sociedade. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual paulista, Marília - São Paulo, 1997.

ONOFRE, Maria Cammarosano. Educação Escolar entre as grades. São Carlos, 2007.

OTTOBONE, M. A comunidade e a execução de pena. Aparecida: Santuário, 1984.

PORTUGUÊS, Manoel Rodrigues. Educação de jovens e adultos presos: limites, possibilidades e perspectivas. Brasília, 1981.

RIOS, Terezinha Azeredo. Ética e Competência. 6ª ed. – São Paulo, 1997.

SACCONI, Luiz Antônio. Dicionário essencial da língua portuguesa. São Paulo: Atual, 2001.

SEM SENSURA. A Violência no Mundo. Rio de Janeiro, TV Brasil, 18 de outubro de 2012. Programa de TV.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Escola Currículo e ensino. Porto Alegre, 1980.

VALLLE, Bertha de Borja Reis do. A educação de Adultos no Brasil: uma história de lutas e conquistas. Rio de Janeiro, 2008.